



GÊNERO

CHEFIA FEMININA DOMICILIAR: INDICADOR DE MAIOR POBREZA DAS MULHERES?

Midihã Ferreira da Silva

Resumo: Este artigo, por intermédio de um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio do complexo da Favela do Caju da cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo contribuir para o estudo da pobreza sob a perspectiva de gênero, abordando o atual debate sobre a possibilidade de se considerar o crescimento da chefia feminina domiciliar como indicador de aumento da pobreza das mulheres. De acordo com os resultados do estudo de caso, a chefia feminina domiciliar pode ser considerada como indicador de maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza, mas não como indicador de maior pobreza das mesmas.

Palavras-chave: gênero; pobreza; chefia feminina domiciliar; Favela do Caju.

Introdução

Os fenômenos da pobreza e da desigualdade, com seus diferentes significados e manifestações, constituíram-se temas motivadores da questão teórico-econômica desde o século XVIII. Neste período, teóricos como Smith e Malthus procuravam encontrar uma justificativa moral para a nova ordem social (o capitalismo industrial). Esta seria moralmente justificada, caso fosse capaz de reduzir ou eliminar a pobreza, ou seja, caso fosse socialmente justa (KERSTENETZKY, 2000).

Para Smith, o progresso econômico, que é o estado natural desta nova ordem, seria acompanhado pelo aumento da demanda por mão-de-obra e, conseqüentemente, pelo aumento do emprego e dos salários nominais e reais – devido ao barateamento dos bens de consumo que, por sua vez, seria conseqüência da elevação da produtividade. Além disso, a transformação dos pobres em trabalhadores e o aumento salarial como fruto do progresso econômico acabariam por reduzir as desigualdades entre as classes sociais (trabalhadores e capitalistas) (KERSTENETZKY, 2000).

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006 **153**



GÊNERO

O que se observou, no entanto, foi que esta redução da pobreza e da desigualdade por meio da transformação dos pobres em trabalhadores por conta do progresso econômico não se realizou, pelo menos não na proporção esperada por Smith. Por isso, a pobreza continuou objeto de estudo não apenas de economistas, mas também de historiadores e sociólogos até os dias atuais.

Contudo, desde a década de 1970 – como parte da luta travada pelo movimento feminista –, as feministas vêm denunciando o fato de que o fenômeno da pobreza vem sendo tratado em seus estudos desprezando-se as questões de gênero. O não tratamento das questões de gênero nos estudos sobre pobreza impede a observação das relações sociais que explicam a real dimensão e dinâmica da pobreza.

As desigualdades entre os sexos vêm sendo o motivo do crescimento da mobilização das mulheres desde a primeira metade do século XX. A grande repercussão do movimento feminista na luta pela igualdade entre os sexos provocou um aumento dos estudos sobre as mulheres em todos os campos do saber nas universidades a partir da década de 1980 (MELO, 2000) e foram estes estudos que formularam o conceito de gênero como categoria de análise responsável pelo entendimento das relações ente homens e mulheres como relações de poder histórica e culturalmente estabelecidas. “A introdução da categoria gênero permite a incorporação das dimensões culturais às dimensões psicobiológicas das diferenças entre sexo masculino e feminino” (MORAES, 1998, p. 99).

Sendo assim, o conceito de gênero trouxe consigo a “desnaturalização” das categorias homem e mulher, ou seja, as diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino não se explicam apenas pelas características biológicas de cada um, pois *ser homem* e *ser mulher* é uma construção simbólica, cultural (MACHADO, 1998).

Por isso, para entender a pobreza e sua dinâmica diferenciada para homens e mulheres, torna-se necessária a utilização do conceito de gênero como categoria de análise importante para a explicação das diferenças entre os sexos, uma vez que este conceito é capaz de ampliar o repertório conceitual da pobreza evidenciando seu caráter multidimensional e heterogêneo.

Na literatura atual que relaciona pobreza e gênero existe um debate sobre a possibilidade de se utilizar a chefia feminina domiciliar como indicador de maior pobreza das mulheres. Alguns estudiosos¹ do tema acreditam que o aumento do número de domicílios chefiados por mulheres, em alguns países, indica a manifestação do fenômeno conhecido como “feminização da pobreza”. Isso porque, segundo estes estudiosos, esses domicílios têm maior probabilidade de ser pobres, devido à discriminação que passam as mulheres no mercado de trabalho, e porque, em geral, são domicílios que se caracterizam pela ausência do cônjuge.



GÊNERO

Contudo, estudos mais recentes² sobre a América Latina têm revelado que os domicílios chefiados por mulheres são muito heterogêneos, e que, em termos de renda, não há vínculo sistemático entre pobreza e domicílios sob responsabilidade feminina. Por isso, uma categorização definitiva destes domicílios como os “mais pobres dos pobres” seria muito radical.

Portanto, este artigo tem como objetivo contribuir para o estudo da pobreza sob a perspectiva de gênero. Para tanto, foi realizado um estudo de caso das comunidades de baixa renda do Caju, com o intuito de analisar as diferenças das características de homens e mulheres responsáveis por domicílio nestas comunidades, e, com isso, observar se realmente a chefia feminina domiciliar pode ser considerada um indicador de maior pobreza das mulheres ou apenas um indicador de maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza.

Um dos grandes problemas que se colocam no estudo sobre a pobreza é a sua mensuração. Como, em geral, são limitadas as fontes de informações para a mensuração do patrimônio e para a identificação das estratégias de sobrevivência das pessoas, os estudos sobre pobreza no Brasil têm tradicionalmente utilizado a renda domiciliar ou individual como parâmetro de mensuração do nível de pobreza dos indivíduos. No entanto, o debate sobre a pobreza vem evoluindo, sendo reconhecido como um fenômeno que está muito além da insuficiência de renda monetária.

Procurando superar este problema, este artigo adotou, como proposta metodológica para o desenho da linha de pobreza, um indicador que reúne dados da renda do domicílio com itens relativos ao patrimônio e ao acesso ao crédito dos mesmos. Utilizando os microdados da “Pesquisa Socioeconômica das Comunidades de Baixa Renda do Caju”, elaborada em 2002 pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), foi possível estruturar uma tipologia para os domicílios do Caju, diferenciando-os em cinco tipos (A, B, C, D e E). Segundo esta tipologia, a pobreza classifica-se na ordem alfabética crescente, ou seja, são menos pobres os domicílios tipo A e mais pobres os domicílios tipo E. Os indicadores utilizados para a formulação desta tipologia foram: rendimento mensal *per capita* dos domicílios; posse e valor do imóvel; posse de bens duráveis no domicílio; disponibilidade de crédito dos moradores do domicílio; e percentual de moradores do domicílio com carteira de trabalho assinada.

Além da análise quantitativa dos dados do Caju, foi também realizada uma análise qualitativa por meio de entrevistas a cinco mulheres chefes de domicílio residentes na favela do Caju. O contato com estas mulheres foi realizado por intermédio da líder da associação dos moradores de uma das comunidades do Caju.³ Esta líder fez contato com cinco mulheres que se consideravam chefes de seus domicílios.



GÊNERO

Portanto, o critério de escolha dessas mulheres foi a própria percepção das mesmas como chefes de seus domicílios, não foi imposto nenhum outro critério.

Essas mulheres não podem ser consideradas representativas do total de mulheres pobres e chefes de domicílio do Caju, no entanto, ainda assim a realização dessas entrevistas foi considerada importante para se conhecer um pouco da história de vida dessas mulheres, e assim, analisar quais foram os acontecimentos que as levaram a esta condição de responsáveis pelos seus próprios domicílios. Além do histórico de vida, as entrevistas permitiram avaliar a percepção que estas mulheres têm de suas próprias condições socioeconômicas e o que elas consideram como fatores importantes para saírem da condição de pobreza em que estão inseridas.

Além desta introdução, o artigo apresenta mais quatro seções. A segunda seção traz o debate atual sobre a chefia feminina domiciliar, mostrando como este debate vem evoluindo no Brasil desde a década de 1970. A terceira e a quarta seções apresentam o estudo de caso do Caju, sendo que a terceira seção mostra as características dos domicílios do Caju de acordo com a metodologia adotada, e a quarta seção apresenta o perfil dos responsáveis por domicílios do Caju, mostrando as principais diferenças entre homens e mulheres chefes de domicílio das comunidades de baixa renda do Caju. Finalmente, a quinta seção traz as principais conclusões do artigo.

A chefia feminina domiciliar/familiar

De acordo com Barroso (1978), a partir da década de 1970, houve uma percepção, por parte dos estudos⁴ que relacionam pobreza e gênero, de que o número de domicílios e famílias chefiados por mulheres vinha aumentando em todo o mundo. Este incremento era motivo de preocupação, dado que os domicílios e famílias chefiados por mulheres mostravam-se mais presentes nas camadas mais pobres da população. Acreditava-se que muitos destes domicílios e famílias estavam sob responsabilidade feminina, não por opção das mulheres, mas sim devido ao abandono do lar pelo cônjuge varão, trazendo conseqüências graves para a sobrevivência das famílias.

No trabalho de Barroso (1978), em que a autora faz uma análise da situação socioeconômica das mulheres chefes de família⁵ do Brasil na década de 1970, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1976, é possível constatar a relação que a autora faz entre chefia feminina familiar e maior pobreza das mulheres. Isso porque, já em 1970, era considerável o número de famílias chefiadas por mulheres em todo o Brasil e, segundo a autora, estas famílias formavam uma parte substancial das camadas mais pobres da população. Barroso também constatou que a proporção mais alta de famílias chefiadas por mulheres era registrada na região Nordeste, uma das regiões mais pobres do país, o que corrobora-

156 *Niterói*, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

ra a hipótese de que estas famílias são engendradas por condições de marginalidade econômica. Além disso, a autora observou que a chefia feminina familiar era um fenômeno predominantemente urbano, o que pode ser explicado pelas relações de trabalho no campo que, por serem menos individualizadas, tornam ainda mais difícil a sobrevivência de famílias não chefiadas por homens adultos.

Barros, Fox e Mendonça (1994), ao analisarem os dados da PNAD de 1984, compartilham desta mesma visão, pois acreditam que “[...] devido à discriminação salarial por gênero, espera-se que domicílios predominantemente suportados por mulheres tendam a ter uma maior propensão a ser pobres do que aqueles predominantemente suportados por homens” (pág. 79). O trabalho destes autores revelou que, na década de 1980, as mulheres chefes de domicílio tendiam a ser mais velhas e menos educadas que os homens chefes, além disso, atuavam menos no mercado de trabalho e tinham níveis de renda mais baixos (a renda média das mulheres chefes era apenas de 50 a 60% da renda média de todos os chefes) que os dos homens chefes.

Além disso, este trabalho mostrou que havia uma correlação negativa entre domicílios chefiados por mulheres e nível de renda nas regiões metropolitanas do Brasil, uma vez que a prevalência destes domicílios era maior nas áreas mais pobres do Nordeste (Belém, Recife e Salvador), corroborando o trabalho de Barroso (1978).

Ainda segundo estes autores, a menor capacidade de ganho, ou seja, de auferir renda, dos domicílios chefiados por mulheres apresenta-se como o fator determinante da pobreza entre estes domicílios. Esta menor capacidade de ganho explica-se não pela menor capacidade de ganho das mulheres chefes destes domicílios, mas, sim, pela menor proporção de homens com renda positiva nestes domicílios. Sendo assim, a análise das décadas de 1970 e 1980 mostrava a fragilidade dos domicílios chefiados por mulheres que, por sua vez, apresentava-se intimamente ligada à própria condição de vida das mulheres, no que diz respeito ao acesso à educação e à participação no mercado de trabalho, neste período.

No entanto, a década de 1990 foi marcada pela melhoria das condições socioeconômicas, em termos do aumento da escolaridade e da participação no mercado de trabalho das mulheres no Brasil. Paralelamente, as relações familiares transformaram-se substancialmente com o aumento do número de divórcios e de uniões consensuais. Estas mudanças acabaram alterando também a situação econômica e social das mulheres chefes de domicílio, permitindo que se verifique se a tipificação tradicional destes domicílios como os “mais pobres dos pobres” mostra-se ainda contundente.

Esta tipificação dos domicílios chefiados por mulheres na literatura sobre gênero está relacionada à idéia de que a pobreza é uma causa importante da chefia feminina domiciliar, e que a chefia feminina exarceba a pobreza, dado que estas



GÊNERO

mulheres estão limitadas em tempo e recursos com relação a sua triples cargas horárias (trabalho doméstico, cuidado com os filhos e emprego) e ainda sofrem discriminação no mercado de trabalho. Além disso, está ligada ao fato de que a pobreza se perpetua de geração em geração, já que estas mulheres não podem manter adequadamente suas famílias.

No entanto, alguns estudos mais recentes – Godoy, L. (2003) e Chant, S. (2003) – realizados sobre a América Latina vêm mostrando evidências contrárias a esta tipificação dos domicílios chefiados por mulheres. Estes estudos revelam que não há, em termos de renda, vínculo sistemático entre estes dois fenômenos (pobreza e chefia feminina domiciliar), e que não há uma relação evidente entre os níveis de pobreza em escala nacional e as proporções de mulheres chefes de domicílio, nem entre a evidência de pobreza e a incidência de chefia feminina.

Chant (2003) diz que os domicílios chefiados por mulheres têm a mesma probabilidade de estarem presentes tanto nos segmentos de alta renda como nos de baixa renda. Isso porque a diversidade destes domicílios quanto à idade e dependência dos filhos, além da composição do domicílio e o seu acesso a recursos que estão fora da unidade domiciliar impedem que se faça sua categorização definitiva.

Godoy (2003) acredita ser uma questão problemática considerar a chefia feminina domiciliar como *proxy* da pobreza feminina, já que em muitos casos a chefia feminina não demonstra uma maior pobreza das mulheres, portanto não seria um indicador contundente. Isto, no entanto, não significaria deixar de se utilizar a chefia feminina domiciliar nos estudos sobre pobreza, pois a chefia feminina contribui para caracterizar a pobreza diferenciada de homens e mulheres, evidenciando as desigualdades de gênero e a maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza.

De acordo com Chant (2003), a tipificação tradicional dos domicílios chefiados por mulheres implica algumas conseqüências indesejáveis como: a falta de atenção às desigualdades presentes nos domicílios no que se refere à distribuição dos recursos, o que pode levar algumas mulheres a viverem uma “pobreza secundária” nos domicílios chefiados por homens; e ainda, causa a impressão de que a pobreza nestes domicílios se deve mais às características destes domicílios – como, por exemplo, o estado civil das pessoas responsáveis – do que aos contextos social e econômico em que eles se encontram.

Deste modo, não há consenso nos estudos sobre pobreza com enfoque de gênero com relação ao uso de chefia feminina domiciliar como indicador de maior pobreza das mulheres. Por isso, este artigo pretende ser uma contribuição para o estudo da pobreza ao analisar os domicílios sob responsabilidade feminina de uma comunidade pobre da cidade do Rio de Janeiro, a favela do Caju.



O Caju e suas características

A história do Caju – bairro localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro – está ligada aos tempos coloniais do Brasil. No início do século XIX, a Quinta do Caju, que era uma propriedade particular à beira da praia do Caju, foi comprada em 1817 por D. João VI, que a dotou de uma capela e um cais, e passou a se chamar Quinta Real do Caju, servindo como balneário da família real por um bom período.

Atualmente, o Caju é um bairro essencialmente industrial e muito pouco residencial e ainda funciona como área de apoio ao porto, com pátios para guarda de *containers*. Existem, hoje, no Caju, quatro cemitérios, estaleiros, concreterias, área da Comlurb, área de Estação de Tratamento de Esgoto da Alegria, Companhia de Docas do Rio de Janeiro, terminal rodo-ferroviário, quartéis do Exército e da Aero-náutica, antigo cais pesqueiro, hospitais etc. (ANDRADE, 2004).

A ocupação residencial do Caju começou, provavelmente, na segunda metade do século XIX por pescadores, em sua maioria imigrantes portugueses. Já a partir da década de 1940, surgiram as primeiras favelas (Ladeira dos Funcionários e Parque São Sebastião) ocupadas pelos empregados dos hospitais e pelos operários portuários.

Com a crise da construção naval, na década de 1980, os empregos formais para a população do Caju sofreram forte retração. Aliado a isto, a falência do sistema de financiamento habitacional e o aumento das tarifas de serviços públicos (imposto territorial urbano, água, eletricidade) induziram a migração da população que habitava em áreas formalmente urbanizadas para as zonas faveladas da cidade do Rio de Janeiro. A favelização do Caju acelerou-se com o fechamento dos estaleiros navais, e atualmente, grande parte de sua população vive em favelas (OLIVEIRA & MELO, 2005).

Atualmente, o Complexo do Caju é formado por seus estabelecimentos industriais e comerciais e por suas nove comunidades de baixa renda, que são objetos desta pesquisa: a Ladeira dos Funcionários, o Parque São Sebastião, a Vila Clemente Ferreira, a Quinta do Caju, o Parque Alegria, o Parque Vitória, o Parque Conquista, a Nossa Senhora da Penha e o Parque Boa Esperança.

A Tabela 1 apresenta as características dos domicílios das comunidades de baixa renda do Caju de acordo com a tipologia adotada. Como pode ser observado, 49,5% dos domicílios do Caju tinham renda *per capita* superior ao salário mínimo (R\$ 200,00) vigente no ano de 2002.

Os domicílios do tipo A são os domicílios que apresentam melhores condições socioeconômicas: caracterizam-se pela menor quantidade de residentes nos domicílios e também pelo menor número de crianças nos mesmos; mostram-se também

GÊNERO

como um grupo afastado da situação de pobreza, pois possuem um patrimônio (valor do imóvel e posse de bens de consumo duráveis) significativo, acesso a crédito e renda *per capita* correspondendo a cerca de quatro salários mínimos. Pode-se dizer, então, que os moradores dos domicílios do tipo A, apesar de viverem em comunidades de baixa renda, que por sua vez caracterizam-se por serem locais de exclusão social e pobreza, não podem ser considerados pobres do ponto de vista da renda e do patrimônio. Interessante notar que este tipo corresponde ao menor percentual (3,7%) de domicílios das comunidades de baixa renda do Caju.

Os domicílios tipo B (13,4%) e tipo C (32,4%) estão relativamente distantes da linha de pobreza, apesar de estarem em pior situação, do ponto de vista da renda *per capita* e do valor do imóvel, que os domicílios tipo A. Os domicílios tipo C, no entanto, mostram-se mais vulneráveis, principalmente, por possuírem uma renda *per capita* muito próxima ao salário mínimo e pelo menor acesso ao crédito.

Os domicílios tipo D e tipo E, que juntos correspondem a 50,5% dos domicílios das comunidades de baixa renda do Caju, são os mais pobres destas comunidades. Os domicílios tipo D apresentam renda *per capita* um pouco menor que o salário mínimo, o acesso ao crédito é muito baixo, assim como a posse de bens de consumo duráveis, além disso, a informalização do trabalho é significativa nestes domicílios.

Enfim, nos domicílios tipo E é onde concentra-se a pobreza, já que a renda *per capita* destes domicílios é praticamente metade do salário mínimo, o valor do imóvel é insignificante, e o trabalho praticamente realiza-se na informalidade. É também nestes domicílios que aparece o maior número de crianças.

Tabela 1
Caju – Tipos de domicílios segundo suas características.

Características	A	B	C	D	E	Total
Número	247	882	2.141	2.373	962	6.605
% s/ total	3,7	13,4	32,4	35,9	14,6	100,0
Nº de pessoas por domicílio						
Total	2,7	3,2	3,3	3,6	3,9	3,5
Com 10 anos e mais	2,4	2,7	2,7	2,9	2,9	2,8
Com carteira	1,2	1,2	1,0	0,6	0,2	0,8
Renda <i>per capita</i> do domicílio	884,98	531,84	321,82	196,81	102,71	294,1
Valor médio do imóvel	22.263,16	16.927,55	10.075,20	6.235,99	2.821,73	9.010,23
Bens*	70,1	56,7	39,1	25,9	15,0	34,4
Crédito*	12,3	9,7	5,0	2,1	0,6	4,2

* Pontos

Obs: Reais (R\$) de setembro de 2002.

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

160 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

Tabela 2
Caju – Participação da renda dos responsáveis no total da renda dos domicílios

Classes de renda	A	B	C	D	E	Total
Total	247	882	2.141	2.373	962	6.605
Renda do responsável (A)	1.326,85	721,77	487,58	339,01	189,16	453,40
Renda total do domicílio (B)	2.056,32	1.298,98	808,90	526,73	283,36	743,07
% A/B	64,5	55,6	60,3	64,4	66,8	61,0

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

A observação dos dados da Tabela 1 mostra o quanto é importante a formalidade no mercado de trabalho para explicar o maior bem-estar dos domicílios. A presença de pelo menos um morador com carteira de trabalho assinada garante tanto um maior acesso ao crédito e posse de bens de consumo duráveis quanto uma renda continuada para a obtenção e acumulação de patrimônio imobiliário.⁶ Isso corrobora a visão de Medeiros (2003) sobre a questão da pobreza no Brasil, ou seja, a visão de que a atual estrutura do mercado de trabalho – com grande flexibilização do emprego – tem estado no cerne da pobreza e da desigualdade de renda. E, portanto, para combater a pobreza e a desigualdade é necessário o crescimento econômico, juntamente com a geração de empregos formais. Isso porque:

[...] a redução do contingente de subempregados e sub-remunerados constitui um caminho essencial de redução da pobreza e da disparidade de renda que se forma no mundo do trabalho. Sem uma segura e continuada expansão do emprego moderno e sem uma mudança na estrutura das ocupações, não há por que supor que um esforço de educação possa transformar essa realidade de exclusão social (MEDEIROS, 2003, p. 335).

Outra questão que deve ser ressaltada é a maior vulnerabilidade à pobreza devido à maior presença de crianças em alguns domicílios, uma vez que isto gera uma maior incapacidade por parte dos adultos (principalmente as mulheres) destes domicílios na obtenção de renda via acesso ao mercado de trabalho. É exatamente no tipo de domicílio mais pobre (tipo E) que a participação da renda do responsável no total da renda do domicílio apresenta-se maior (Tabela 2). Isso, por sua vez, indica o quanto torna-se difícil, na presença de crianças, a mobilidade dos moradores adultos, fazendo com que a renda do domicílio dependa muito mais do seu responsável.

Uma das mulheres entrevistadas revelou que um dos principais fatores que a impediram de conseguir um emprego foi a necessidade de cuidar de suas filhas:

Eu só trabalhei lá [Paraíba] mesmo, quando eu vim pra aqui só fiquei como do lar mesmo. Andei atrás, mas também não consegui, porque eles dizem que tem que ter uma carta pra provar o trabalho lá, pra eles me darem um trabalho aqui. Aí, as meninas eram muito pequeninhas, e na época não compensava, com o que eu ia ganhar, colocar uma pessoa em casa

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006 161

GÊNERO

pra ficar do lado das crianças. Aí, como é que eu ia trabalhar, né? Aí, só ficou assim mesmo, de lá pra cá não consegui mais trabalho com carteira assinada.

Com o objetivo de melhor entender as diferenças socioeconômicas entre homens e mulheres chefes de domicílio das comunidades do Caju, a próxima seção apresenta o perfil dos responsáveis por domicílio.

Perfil dos responsáveis por domicílio no Caju

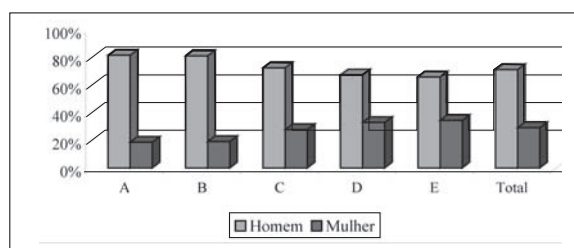
De acordo com a Figura 1, a chefia masculina é predominante em todos os tipos de domicílio das comunidades do Caju, seguindo a realidade brasileira, uma vez que, em 2001, apenas 24,9% dos domicílios, no Brasil, eram chefiados por mulheres (OLIVEIRA, SABÓIA e COBO, 2002).

O percentual de domicílios chefiados por homens, no Caju, mostra uma relação inversa com o grau de pobreza, ou seja, este percentual é menor do que nos domicílios mais pobres, enquanto o percentual de domicílios chefiados por mulheres aumenta nos tipos de domicílio mais pobres. Esta maior presença da chefia feminina nos domicílios mais pobres não é uma característica das comunidades de baixa renda do Caju, mas apresenta-se como uma realidade no Brasil como um todo. De acordo com Oliveira, Sabóia e Cobo (2002), a chefia feminina domiciliar mostra-se maior quanto menor é o nível de renda do domicílio.

Segundo Oliveira e Melo (2005), esta maior participação da chefia feminina nos domicílios mais pobres é aparentemente explicada pela própria dinâmica social dos lares pobres que se caracteriza por ser menos centrada nos laços familiares.

A história de vida das mulheres entrevistadas mostra bem a fragilidade das relações familiares destas mulheres. O abandono ou a ruptura com a família de origem é um fato observado na vida de quase todas elas. Além disso, quando constituem suas próprias famílias, em geral, não o fazem por intermédio do casamento, mas sim das uniões consensuais.

Figura 1
Caju – Sexo do responsável



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

162 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

Infelizmente, não foi possível obter informações a respeito da presença ou ausência de cônjuge nos domicílios chefiados por mulheres nas comunidades do Caju, mas acredita-se que, assim como na média nacional, grande parte destes domicílios caracteriza-se pela ausência do cônjuge varão.⁷

De acordo com Oliveira, Sabóia e Cobo (2002), em 2000, apenas 16,7% dos domicílios sob responsabilidade feminina, no Brasil, caracterizavam-se pela presença do cônjuge. Essa proporção, no entanto, já se apresenta bem maior do que a proporção de domicílios chefiados por mulheres com cônjuge em 1991, que era da ordem de 5,6%.

Ainda segundo estas pesquisadoras, a proporção de domicílios sob responsabilidade feminina com cônjuge revela-se maior nos grupos mais escolarizados de mulheres (com mais de cinco anos de estudo). Por outro lado, as mulheres que não têm cônjuge localizam-se em maior proporção nas faixas mais baixas de rendimentos, ou seja, entre as mais pobres (OLIVEIRA, SABÓIA e COBO, 2002), reforçando a visão de Oliveira e Melo (2005) de que a pobreza explica-se também pela ruptura da estrutura familiar tradicional.

É interessante observar nas entrevistas que as mulheres que não possuem um companheiro não acreditam que a presença do mesmo poderia melhorar a condição de vida delas. Todas as mulheres entrevistadas que se caracterizaram pela ausência de um cônjuge declararam que a ausência do mesmo foi escolha delas (e não abandono deles) e que a ausência deles aumenta o bem-estar delas. De acordo com a fala dessas mulheres:

Não acho que se tivesse um companheiro minha situação seria melhor. Não mesmo, tem uns que botam a gente pra baixo, só querem tirar o pouco que a gente arruma. Eu me considero melhor sozinha do que com um homem (O. R.).

Também nunca tive ajuda do meu ex-marido, acho que se ainda tivesse com ele a minha situação seria muito pior (M. M.).

Eu sempre fui chefe de domicílio, mesmo junto com meu marido, mas eu me tornei chefe de domicílio liberta quando eu me separei há 15 anos (M. M.).

Não acho que minha vida seria melhor com um marido, eu não acredito mais em marido nenhum! Deixa eu assim que tá bom demais! Tô de férias, tô traumatizada, não quero mais saber de marido não (D.).

Não sei se agora eu tivesse um marido minha vida seria melhor. Acredito que não, né?... assim.... porque eu sempre trabalhei pra manter meus filhos (D. S.).

É evidente que a percepção da figura masculina por parte dessas mulheres está muito ligada à sua prévia experiência com os homens, ou seja, experiência de maus-tratos, exploração emocional e financeira, entre outras. No entanto, como essas mulheres não são representativas de todas as mulheres chefes de domicílio do Caju,

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006 **163**



GÊNERO

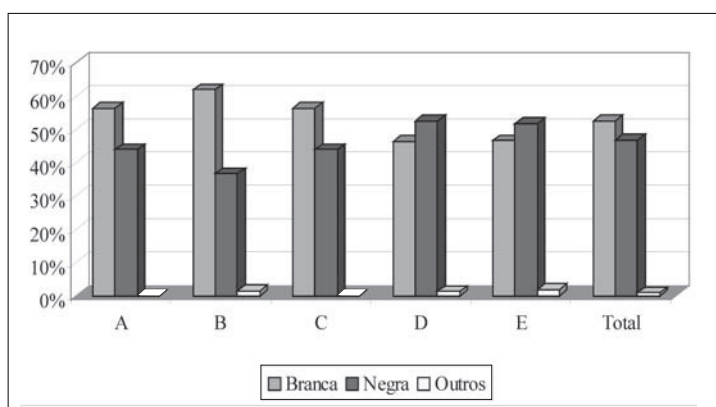
acredita-se que existam mulheres pobres, chefes de domicílio e residentes no Caju que tenham ou tiveram boas experiências com o casamento ou com a união consensual e que, portanto, acreditem que a presença de um cônjuge seria importante para que elas tivessem uma melhor situação socioeconômica.

Todavia, ainda assim, a declaração das mulheres entrevistadas vai de encontro ao argumento de Barroso (1978) de que a maior pobreza das mulheres chefes de domicílio está ligada à ausência do cônjuge varão devido ao abandono do lar pelo mesmo. Isso porque a ausência do cônjuge pode estar evidenciando a escolha feminina de ser responsável pelas decisões quanto à sua própria vida e à vida dos seus familiares. Além disso, muitas vezes a ausência do cônjuge pode estar evidenciando também a ausência de violência doméstica. Uma das mulheres entrevistadas expõe claramente este problema:

Fui casada por 15 anos, me separei dele por causa da bebida e dos maus-tratos, sempre trabalhei pra ajudar ele, a minha renda era mais que a dele, porque eu trabalhava vendendo Avon, lavando roupa, fazendo unha... aí eu resolvi me separar dele porque eu estava sofrendo muito, e não era justo meus filhos verem aquilo tudo que eu passava, aí eu resolvi me separar dele e tomei a decisão que até hoje nem na morte eu quero ele perto de mim! (M. M.).

Quanto à cor/raça dos responsáveis (Figuras 2 e 3), observa-se que, em média, cerca de 50% dos homens e das mulheres responsáveis por domicílio declaram-se brancos. Contudo, a cor branca mostra-se mais predominante entre as mulheres, já que apenas nos domicílios do tipo E chefiados por mulheres a cor negra (preta e parda) predomina. Isso revela que as mulheres negras chefes de domicílio apresentam-se como a categoria de mulheres mais vulneráveis à pobreza.

Figura 2
Caju – Cor/raça do responsável (homem)



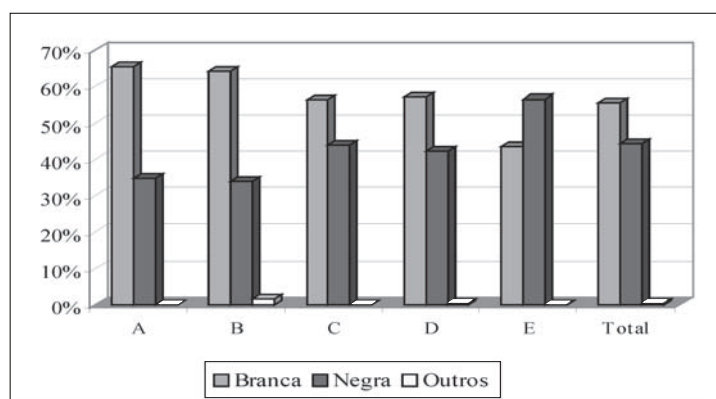
Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

164 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

Figura 3
Caju – Cor/raça da responsável (mulher)



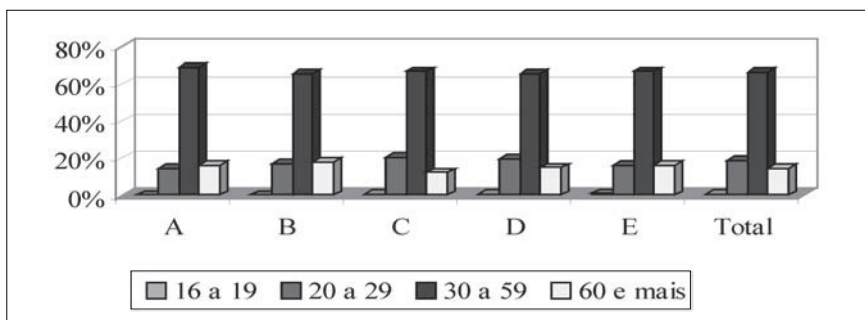
Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

As Figuras 4 e 5 apresentam a idade dos responsáveis por domicílio de ambos os sexos. No caso dos homens – Figura 4 –, observa-se que a idade não é um fator diferenciador entre os tipos de domicílio, com mais de 60% dos domicílios de todos os tipos sendo chefiados por homens na fase adulta (30 a 59 anos). Isso, contudo, não ocorre no caso dos domicílios chefiados por mulheres, nestes observa-se uma certa assimetria na idade das chefes de acordo com os diferentes tipos de domicílio. Observam-se diferenças marcantes no perfil etário das mulheres chefes dos domicílios tipo A e tipo E, sendo o primeiro caracterizado pelo maior percentual de domicílios chefiados por mulheres com 60 anos ou mais e pela quase inexistência de domicílios chefiados por mulheres muito jovens (16 a 29 anos). Já o segundo (tipo E) caracteriza-se pela maior presença de domicílios chefiados por mulheres jovens em relação aos demais tipos de domicílios e pela menor presença de mulheres idosas.

Essa maior presença de mulheres muito jovens na chefia dos domicílios tipo E deve estar ligada à própria desestrutura familiar que é marcante nos domicílios mais pobres, como anteriormente mencionado. Ao mesmo tempo, a maior presença de mulheres idosas chefes nos domicílios tipo A revela que muitos destes domicílios são sustentados por mulheres aposentadas ou pensionistas. Já a menor presença de idosas na chefia de domicílios tipo E mostra não apenas que a expectativa de vida das mulheres nos domicílios mais pobres é muito menor, mas também que estes domicílios, em geral, não contam com a presença de mulheres com renda fixa provenientes de pensão ou aposentadoria.

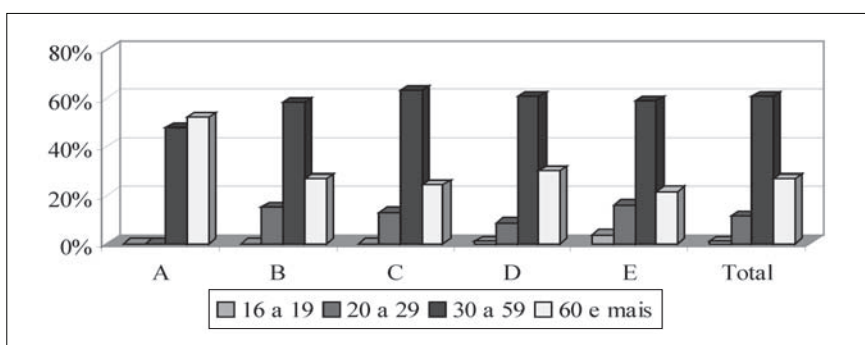


Figura 4
Caju – Idade do responsável (homem)



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

Figura 5
Caju – Idade da responsável (mulher)



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

No que diz respeito à escolaridade dos responsáveis por domicílio das comunidades de baixa renda do Caju (Figuras 6 e 7), observa-se que tanto homens quanto mulheres estudam pouco. O analfabetismo aparece em praticamente todos os tipos de domicílio chefiados por ambos os sexos, mas num percentual ainda maior nos domicílios chefiados por mulheres. Em todos os tipos de domicílio, com responsáveis de ambos os sexos, há uma predominância de domicílios cujos responsáveis possuem apenas o primeiro grau completo ou incompleto.

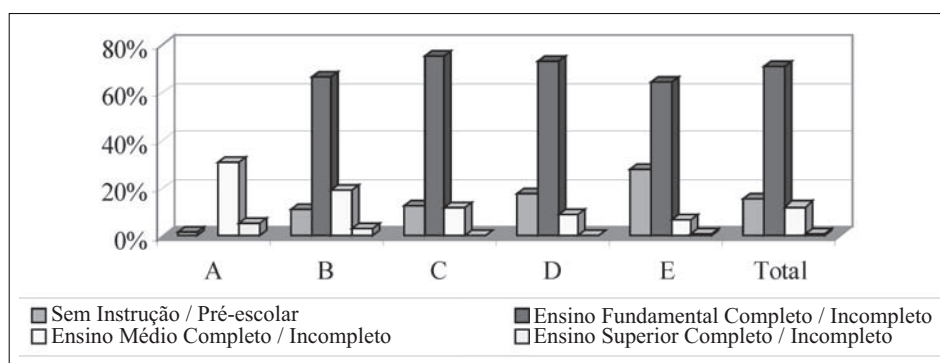
O percentual de domicílios chefiados por mulheres que possuem o Ensino Médio é significativamente inferior ao percentual de domicílios chefiados por homens com esta mesma escolaridade. A situação piora quando se considera o Ensino Superior, isso porque, de acordo com a Figura 7, praticamente não existem domicílios chefiados



por mulheres que tenham, pelo menos, chegado à universidade. No caso dos domicílios chefiados por homens, apesar de ser um percentual muito pequeno, existem domicílios (tipos A e B) cujos responsáveis chegaram a freqüentar a universidade.

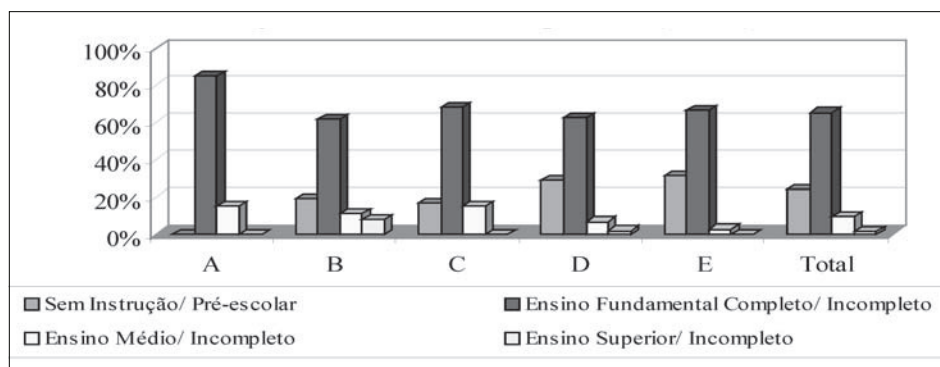
Isso mostra o quanto a situação das mulheres chefes de domicílio do Caju, no que se refere à escolaridade, é pior que a situação das mulheres responsáveis tanto por famílias quanto por domicílios no Brasil. Isso porque, de acordo com Oliveira, Sabóia e Cobo (2002), as maiores incidências proporcionais de famílias com mulheres responsáveis no Brasil se situam nos extremos, ou seja, entre as menos instruídas e entre as de maior escolaridade.

Figura 6
Caju – Escolaridade do responsável (homem)



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.

Figura 7
Caju – Escolaridade da responsável (mulher)



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.



GÊNERO

Entre as cinco mulheres entrevistadas, somente uma havia concluído o segundo grau, todas as demais não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. O trabalho precoce como domésticas e a maternidade (gravidez e cuidado com os filhos) foram os principais fatores apontados por estas mulheres como responsáveis pelo abandono dos estudos:

Parei de estudar na quarta série lá em Minas mesmo, com 9 anos. Não voltei a estudar aqui no Rio, porque em casa de família não dá pra gente estudar, né? A gente só tem hora pra acordar, não tem hora pra dormir... pra nada! Então, não tem condições de estudar (O. R.).

Deixei de estudar antes de vim pro Rio, porque eu trabalhava de doméstica, parei de estudar com 12 anos. Aí depois não quis mais estudar porque não tinha condições de estudar, porque, quando você trabalha de doméstica, dormindo no trabalho, você tem que esperar os filhos da madame ir dormir, tem que esperar o patrão, a madame... então não tinha condição. Pra eu não chegar atrasada no colégio, eu preferia nem estudar, nem quis mais tentar o estudo também. Trabalho... eu tenho minha profissão, sei fazer unha, sou manicure, faxineira, cozinheira, serviços gerais, tudo isso tá na minha carteira de trabalho (M. M.).

Eu deixei de estudar porque eu trabalhava na casa das "madame" lá, e elas não admitiam que eu estudasse, mas eu tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe, né? Que tinha sete filhos e a mais velha era eu, aí... não deu pra mim estudar mais, continuar meus estudos (D.).

Nenhuma das mulheres menciona o estudo como estratégia de melhor inserção no mercado de trabalho. Uma delas chega a dizer: "Eu posso melhorar de vida só se eu arrumar um trabalho bom, né? Nesse meu trabalho só dá pra ganhar merreca, não dá pra nada! Acho que com estudo não dá pra arrumar emprego bom não. Sei lá, já até desisti!" (D.).

Além da escolaridade, a posição na ocupação dos responsáveis por domicílio das comunidades de baixa renda do Caju revela o quanto a pobreza também está relacionada à precarização do trabalho.

No caso dos domicílios cujos responsáveis são homens (Tabela 3), observa-se que o emprego com carteira de trabalho assinada e a posição de empregador são características dos domicílios menos pobres (tipos A, B e C), enquanto nos domicílios mais pobres (tipo E) o percentual de responsáveis sem carteira assinada é bastante superior aos demais tipos de domicílios e a posição de empregador é insignificante.



GÊNERO

Tabela 3 – Caju – Posição na ocupação do responsável (homem)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	A	B	C	D	E	Total
Empregado com carteira	51,2%	54,9%	54,7%	47,2%	20,8%	47,4%
Empregado sem carteira	12,4%	9,7%	13,8%	16,9%	23,8%	15,5%
Empregador	9,5%	8,4%	4,0%	2,9%	1,1%	4,1%
Conta própria/cooperativado	16,4%	14,0%	13,4%	14,7%	17,3%	14,6%
Empregado doméstico com carteira	-	-	0,5%	0,9%	-	0,5%
Empregado doméstico sem carteira	1,5%	0,4%	0,4%	-	0,5%	0,3%
Não-remunerados/autoconsumo	1,5%	-	-	0,6%	-	0,3%
Não declararam	7,5%	12,6%	13,3%	16,8%	36,6%	17,3%
Total de domicílios	201	714	1.548	1.594	631	4.688

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

A posição na ocupação das mulheres responsáveis por domicílio do Caju (Tabela 4) é ainda bem mais precária do que a dos homens. A atuação das mulheres como conta própria é bastante significativa, principalmente entre as responsáveis por domicílios do tipo E. Isso mostra que as mulheres mais pobres têm mais dificuldades de conseguir empregos, tanto formais quanto informais, no mercado de trabalho e, por isso, trabalham por conta própria.

Tabela 4 – Caju – Posição na ocupação da responsável (mulher)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	A	B	C	D	E	Total
Empregado com carteira	15,2%	20,2%	16,7%	14,6%	3,6%	13,9%
Empregado sem carteira	6,5%	8,9%	6,2%	7,1%	7,6%	7,0%
Empregador	-	1,8%	0,5%	-	-	0,3%
Conta própria/cooperativado	26,1%	16,7%	11,8%	13,4%	12,7%	13,4%
Empregado doméstico com carteira	-	7,1%	13,3%	5,3%	-	6,9%
Empregado doméstico sem carteira	-	1,8%	11,5%	7,6%	9,1%	8,3%
Não-remunerados/autoconsumo	-	-	-	-	-	-
Não declararam	52,2%	43,5%	40,0%	52,1%	67,1%	50,2%
Total de domicílios	46	168	593	779	331	1.917

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.



GÊNERO

Nenhuma das mulheres entrevistadas tinha um emprego formal. Algumas já trabalharam com carteira de trabalho assinada, mas no momento apresentam-se inseridas em atividades não formais e bastante precárias. Em geral, trabalham realizando serviços como: faxina, lavagem de roupa, acompanhante de idosos, entre outros. Até mesmo as que já trabalharam no mercado formal têm tido dificuldades de conseguir um emprego. Uma das mulheres que era auxiliar de serviços gerais, mas que no dia da entrevista estava desempregada, relatou que atualmente está muito difícil conseguir um emprego, até mesmo *biscates* como faxineira. A razão disso, segundo ela, é o local de exclusão social em que vivem:

Não consigo um emprego, tenho corrido, procurado, mas... nem como faxineira, empregada doméstica... a dificuldade é que pra conseguir precisa pistolão, conhecimento, porque é muito difícil, assim... eles darem emprego pra gente quando sabe que a gente mora em favela (D. S.).

O emprego doméstico continua um dos empregos mais importantes das mulheres pobres. Interessante notar (Tabela 4) que o emprego doméstico sem carteira é maior entre as responsáveis por domicílios mais pobres: quanto mais pobre o tipo de domicílio, maior é o percentual de mulheres que atuam como empregada doméstica sem carteira assinada, nos domicílios tipo E, todas as mulheres empregadas domésticas são informais.

Estes problemas, por sua vez, podem estar ligados à baixíssima instrução destas mulheres, com cerca de 30% das mesmas sem qualquer instrução (Figura 7). Desta forma, fica evidente a importância de políticas que visem à elevação da escolaridade em conjunto com maiores oportunidades de emprego formal para a retirada destas mulheres da situação de pobreza.

Tanto na Tabela 3 quanto na Tabela 4 observa-se um elevado percentual de responsáveis por domicílio que não responderam sobre a posição na ocupação. Estas pessoas foram detectadas como desempregadas ou inativas. A Tabela 5 apresenta o percentual de responsáveis de ambos os sexos que não foram identificados – que constam na categoria *não declararam* – nas tabelas anteriores. Infelizmente não foi possível obter os dados separados para homens e mulheres, mas ainda assim é possível se ter uma aproximação da condição da ocupação destes responsáveis.



GÊNERO

Tabela 5 – Caju – Condição de ocupação dos responsáveis (homens e mulheres) por domicílio não declarados

Condição de ocupação	A	B	C	D	E	Total
Desempregado	-	-	8,4%	4,9%	29,4%	11,5%
Aposentado ou pensionista	100,0%	84,7%	67,5%	67,1%	36,0%	61,6%
Do lar	-	9,2%	18,5%	18,8%	22,7%	18,5%
Outra	-	2,5%	5,6%	9,2%	11,9%	7,8%
Não responderam	-	3,7%	-	-	-	0,3%
Total de domicílios	39	163	443	674	453	1.772

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria

As três últimas tabelas mostram claramente que a pobreza é marcada pela atividade informal e pelo desemprego. O percentual de domicílios cujos responsáveis estão desempregados é maior no tipo de domicílio mais pobre (tipo E), também é nestes domicílios que ocorre o maior percentual de responsáveis dedicados apenas aos afazeres domésticos (22,7%, provavelmente mulheres). Outra observação importante é a grande presença de aposentados e pensionistas em todos os tipos de domicílio. Vale ressaltar que a presença de idosos aposentados ou pensionistas garante uma renda fixa e contínua em seus domicílios. No caso dos domicílios do tipo A, os 7,5% de homens e as 52,2% de mulheres que não declararam a posição na ocupação são, na verdade, aposentados ou pensionistas, sendo assim, nos domicílios de melhor situação socioeconômica não existem responsáveis em situação de desemprego ou destinados apenas aos afazeres domésticos. Isso, por sua vez, explica a melhor condição econômica dos domicílios tipo A.

A distribuição dos responsáveis por domicílio do Caju nos ramos de atividade (Tabelas 6 e 7) do mercado de trabalho segue a distribuição de homens e mulheres nos diferentes ramos de atividade na média brasileira (Síntese de Indicadores Sociais, 2002).

O percentual tanto de homens quanto de mulheres é maior no ramo de serviços, o que reflete não apenas uma realidade do Rio de Janeiro – que tem como principal setor de sua economia o setor de serviços –, mas também o fato de que a população pobre é incorporada em atividades de baixa produtividade e baixa remuneração – atividades estas que caracterizam o setor de serviços (ROCHA, 1997). No caso das mulheres, a atuação neste setor explica-se pela grande atuação das mesmas como empregadas domésticas, muitas delas sem carteira de trabalho assinada (ver Tabela 4). A atuação dos homens mostra-se melhor distribuída entre os diferentes ramos de atividade, com um percentual significativo de homens atuando na indústria, na construção civil e nos transportes.

Tabela 6 – Caju – Ramo de atividade do responsável (homem)

Ramo de atividade	A	B	C	D	E	Total
Indústria	13,9%	8,7%	8,7%	9,0%	6,8%	8,8%
Comércio/reparação	6,0%	10,5%	8,8%	12,0%	7,1%	9,8%
Serviço	51,7%	48,6%	45,6%	39,6%	27,6%	41,9%
Construção civil	10,4%	9,4%	12,8%	15,4%	14,3%	13,2%
Transporte	10,4%	8,8%	8,7%	5,5%	6,7%	7,4%
Outro	-	0,8%	0,2%	0,8%	1,0%	0,6%
Não declararam	7,5%	13,2%	15,2%	17,8%	36,6%	18,3%
Total de domicílios	201	714	1.548	1.594	631	4.688

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

Tabela 7 – Caju – Ramo de atividade da responsável (mulher)

RAMO DE ATIVIDADE	A	B	C	D	E	Total
Indústria	6,5%	6,0%	4,7%	3,1%	1,8%	3,7%
Comércio/reparação	28,3%	8,9%	6,2%	2,4%	5,7%	5,4%
Serviço	13,0%	39,3%	48,6%	40,4%	25,4%	39,6%
Construção civil	-	-	-	0,4%	0,0%	0,2%
Transporte	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	0,0%	0,5%
Outro	-	-	-	-	-	-
Não declararam	52,2%	43,5%	40,0%	53,3%	67,1%	50,7%
Total de domicílios	46	168	593	779	331	1.917

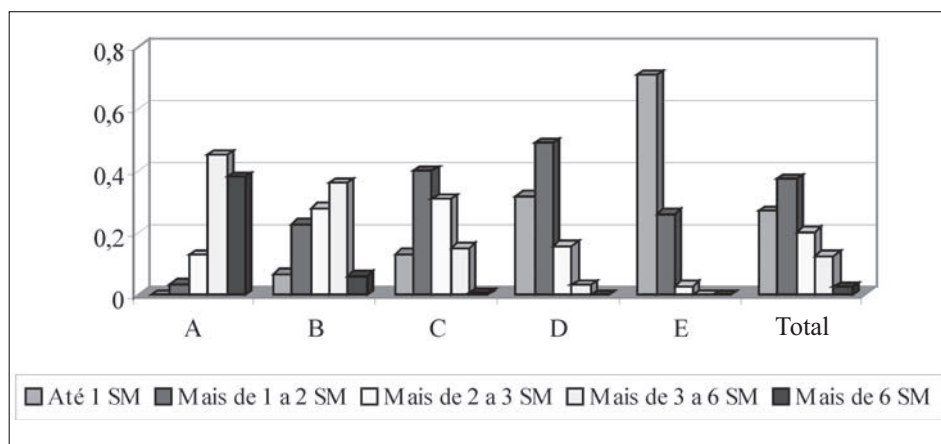
Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria

Esta maior atuação dos homens responsáveis por domicílios em alguns ramos de atividade que se caracterizam por melhores remunerações, como é o caso da indústria, serve de explicação para os melhores rendimentos dos domicílios sob responsabilidade masculina. As Figuras 8 e 9 trazem informações sobre os rendimentos dos responsáveis no que se refere a cada tipo de domicílio.



GÊNERO

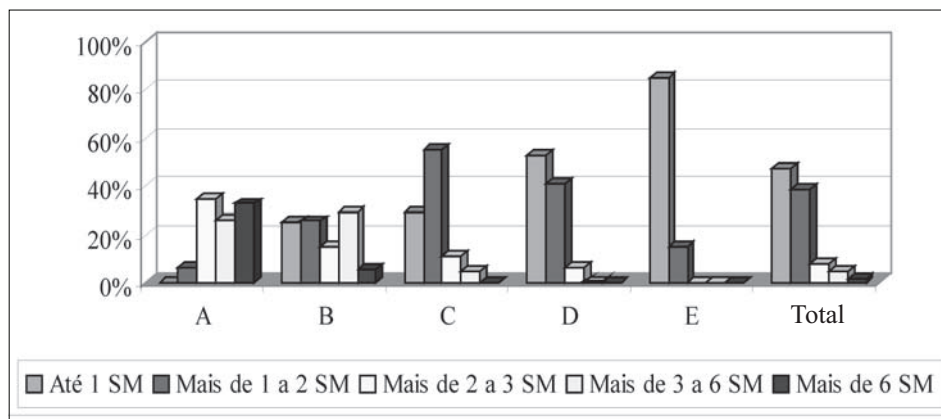
Figura 8
Caju – Classe de renda do responsável (homem)



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

Nota: SM= salário mínimo.

Figura 9
Caju – Classe de renda do responsável (mulher)



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

Nota: SM= salário mínimo.

Comparando-se a participação de homens e mulheres nas diferentes classes de renda, observa-se que, em todos os tipos de domicílios, os rendimentos das mulheres chefes são menores que os rendimentos dos homens chefes. Na média total, enquanto apenas 6% das mulheres chefes recebem mais de três salários mínimos, 15% dos homens chefes recebem este mesmo rendimento.







GÊNERO

Os menores rendimentos auferidos pelas mulheres chefes não se constituem em uma característica apenas dessas mulheres, mas das mulheres em geral. Isso, de acordo com Melo (2004), explica o fato de as mulheres, no Brasil, serem mais pobres que os homens. Em outras palavras, na visão desta autora, as mulheres brasileiras são mais pobres que os homens, não porque a participação das mulheres (51%) nas famílias mais pobres seja maior que a participação dos homens (49%), mas, sim, porque a participação feminina no total da riqueza do país é menor que a participação masculina.⁸

No entanto, os menores rendimentos auferidos pelas mulheres chefes de domicílio das comunidades do Caju deixam bastante clara a maior vulnerabilidade dessas mulheres à pobreza. E esta vulnerabilidade, por sua vez, está ligada ao fato de que estas mulheres, além de arcarem com as atividades domésticas, necessitam trabalhar para sustentar o domicílio, pois, em geral, não contam com um companheiro. Como a atuação da mulher no mercado de trabalho está condicionada à maternidade e à discriminação que sofrem neste mercado, a inserção feminina no mesmo se dá, em geral, em postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração – o que pôde ser observado na análise da posição na ocupação e do ramo de atividade em que estão inseridos homens e mulheres chefes de domicílio do Caju.



Andrade (2004), que realizou um trabalho sobre direitos de propriedade e renda pessoal fazendo um estudo de caso sobre o Caju, mostrou por intermédio de uma análise econométrica o efeito das características dos moradores chefes de domicílios do Caju sobre o rendimento domiciliar *per capita*. Nesta análise, ficou constatado que o rendimento domiciliar *per capita* esperado dos domicílios com chefes homens no Caju é 19,4% maior do que os domicílios com chefes mulheres (ANDRADE, 2004).

Ainda segundo esta autora, o resultado de sua análise está de acordo com a literatura empírica sobre o tema, que, por sua vez, constata a existência de discriminação no mercado de trabalho em favor dos homens em detrimento das mulheres. Além disso, na amostra de sua pesquisa, 84,3% dos domicílios chefiados por mulheres não têm cônjuge e 76,5% têm outros moradores. Portanto, em geral, referem-se a domicílios com mães sozinhas que precisam prover ao sustento de todo o domicílio, provocando um rendimento domiciliar *per capita* menor.

Na percepção das mulheres entrevistadas, a atuação governamental seria essencial para que elas pudessem conseguir, de forma continuada, o sustento de suas famílias. Todas as mulheres entrevistadas disseram que já haviam sido beneficiadas ou estavam sendo beneficiadas por algum programa governamental: ou da prefeitura ou do governo federal (Bolsa-Família). No entanto, segundo essas mulheres, esses programas são temporários e não resolvem a questão do desemprego e da insegurança quanto à renda futura, por isso, segundo elas, o governo poderia, por meio dos programas sociais, oferecer cursos de gerenciamento de pequenos negócios ou



GÊNERO

curso profissionalizantes que garantissem empregos formais. As falas dessas mulheres expressam bem a sensação de abandono pelo poder público:

Eu acho que eu tenho condições de melhorar de vida, se eu pegasse um curso de gerenciamento [governo] e pegasse um dinheiro... quer dizer com o que eu aprendi e com o dinheiro dava pra eu ir pra frente. Porque eu, com R\$ 10,00, eu me ajeito, então se eu pegasse um dinheiro maior, dava pra eu ir pra frente. Como foi, por exemplo, esse curso que eu fiz ["Com licença, eu vou à luta", da prefeitura], a moça deu uma aula básica, né, no meu caso foi aula de culinária, só que depois não deram assistência pra gente. Só tem uma professora que a gente ainda pode ligar pra ela que ela dá uma atenção, mas a prefeitura fez ela dar o curso, mas depois abandonou, acabou (O. R.).

Acho que posso melhorar de vida sim, posso sim! Se eu tiver condição de arrumar um lugar pra mim ou uma pessoa pra mim trabalhar, porque eu sei trabalhar, aí eu tenho condição sim! Se eu tiver uma ajuda, não sei de onde, não sei de onde pode vir, mas se eu tiver uma ajuda e material pra eu conseguir trabalhar, eu tenho condição sim de melhorar de vida e dar uma condição melhor pra os meus netos, meus filhos já estão criados. (M. M.).

Me inscrevo nesses projetos da prefeitura... mas esses projetos dura uns dois anos e esse agora que terminou [Mulheres em Ação], beneficiada eu não fui. Tem mulher que é beneficiada, mas eu não fui beneficiada. Se eles colocassem o projeto e eles dessem também o benefício ou então ajudassem a achar emprego, porque não teve tanto restaurante popular por aí? Então se eles tivessem colocado a gente pra trabalhar, seria uma boa! Mas não colocaram, né... fazer o quê? (M. G.).

Conclusão

Este artigo procurou ser uma contribuição para o estudo da pobreza, relacionando este fenômeno às questões de gênero. Mais especificamente, buscou ser uma resposta ao atual debate sobre a possibilidade de se considerar o aumento da chefia feminina domiciliar como um indicador do aumento da pobreza das mulheres.

Alguns estudos sobre o tema dizem que os domicílios chefiados por mulheres são os "mais pobres dos pobres", porque têm maior probabilidade de serem pobres e de experimentarem a indigência em maior grau, enquanto outros dizem que esta categorização dos domicílios chefiados por mulheres não pode ser considerada definitiva, pois estes domicílios são muito heterogêneos. Por isso, foi realizado um estudo de caso dos domicílios localizados nas comunidades de baixa renda do Caju para que sua análise revelasse qual das duas vertentes mostra-se mais coerente.

Segundo os resultados do estudo de caso, a escolaridade dessas mulheres é menor do que a dos homens em todos os tipos de domicílio. Além disso, a participação das mulheres nos graus de escolaridade mais elevados não acompanha a participação das mulheres responsáveis por domicílio no Brasil como um todo. Isso evi-



GÊNERO

dência que as mulheres mais pobres e que vivem em locais de marginalidade não foram beneficiadas pela elevação da escolaridade feminina, que se observou em todo o país na década de 1990. Nas entrevistas, a necessidade de trabalharem ainda muito jovens aliada à necessidade de cuidarem dos filhos foram os principais fatores colocados como motivo para o abandono dos estudos.

A informalidade do emprego e o trabalho por conta própria, no Caju, caracterizam não apenas o trabalho feminino, mas também o masculino. Contudo, o trabalho feminino caracteriza-se por uma maior precarização, o que, por sua vez, não é apenas um problema das mulheres que vivem em comunidades de baixa renda, mas é uma realidade em todo o Brasil. O abandono do poder público e a discriminação que sofre a população residente em favelas foram colocados, pelas entrevistadas, como os principais fatores que explicam a falta de emprego e de oportunidades para as mulheres.

O argumento de que essas mulheres seriam mais pobres porque não contam com um companheiro mostrou-se um argumento questionável, dado que, conforme apresentado nas entrevistas, a ausência do cônjuge é vista por essas mulheres como um benefício e não como mais um fator que contribuiu para o empobrecimento das mesmas.

A ausência do cônjuge para muitas mulheres pode estar evidenciando um aumento do *empowerment* feminino, ou seja, uma elevação do poder de decisão das mulheres sobre suas famílias e sobre suas próprias vidas. De acordo com as entrevistas, todas as mulheres acreditavam que, caso tivessem um companheiro, estariam experimentando uma situação de pobreza ainda pior. Isso, por sua vez, comprova a visão de Chant (2003) sobre a pobreza secundária a que estão sujeitas algumas mulheres que vivem em domicílios chefiados por homens.

Com isso, foi possível entender que a chefia feminina domiciliar não pode ser apresentada como indicador de maior pobreza das mulheres, mas, sim, como indicador de maior vulnerabilidade feminina à pobreza, já que contribui para caracterizar a pobreza diferenciada para homens e mulheres evidenciada pelas desigualdades entre os sexos.

Abstract: This article, by means of the study of female headed households in the ghettos of Caju, in Rio de Janeiro, has as objective to contribute towards the study of poverty in gender perspective boarding the actual debate of the possibility to consider the female headed household's increase as indicator of increasing women's poverty. According to the results of the case study, female headed households can be considered as an indicator

176 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

*of the women's vulnerability towards poverty,
but not as indicator of increasing women's
poverty.*

Keywords: *gender; poverty; female headed
households; Guettos of Caju.*

(Recebido e aprovado para publicação em abril de 2006.)

Notas

¹ Ver Barroso (1978); Barros, Fox e Mendonça (1994).

² Ver Chant (2003); Godoy (2003); Oliveira et al. (2002).

³ O contato com a líder da associação dos moradores foi possível porque esta senhora havia participado de um dos grupos focais realizados na favela do Caju para a elaboração do relatório sobre Energia e Pobreza no Caju da UFRJ. A antropóloga Gisélia Potengy, que realizou os grupos focais, foi quem fez o contato com a líder da associação dos moradores.

⁴ Cf. Blumberg e Garcia (1977); Buvinic e Youssef (1978); Von Elm, B. (1978 apud BARROSO, 1978).

⁵ A autora considera como tais as mulheres estruturalmente colocadas nesta situação pela dissolução do casamento ou pelo abandono ou ausência ou inexistência do marido.

⁶ Os assalariados (64,75%) predominam sobre os autônomos (35,25%) entre os compradores de imóveis das favelas da cidade do Rio de Janeiro (ABRAMO, 2003).

⁷ Também na pesquisa de Andrade (2004), a autora mostra que 84,3% dos domicílios chefiados por mulheres nas comunidades de baixa renda do Caju não têm cônjuge.

⁸ Melo chega a esta conclusão por intermédio da análise do PIB feminino e masculino calculado em seu trabalho para os anos de 1991 e 2000. Ver Melo (2004).

Referências

ABRAMO, Pedro A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. Rio de Janeiro, mar. 2003. (Coleção Estudos da Cidade). Disponível em: <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2005.

ANDRADE, Maria Isabel de Toledo *Direitos de propriedade e renda pessoal: um estudo de caso das comunidades do Caju*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, R. P. de; FOX, L. ; MENDONÇA, R. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: LAVINAS, L. (Org). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA, POBREZA E TRABALHO, 2., 1994, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

BARROSO, Carmem. *Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação da mulher chefe de família*. In: SEMINÁRIO A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA, 1978, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 153-178, 1. - 2. sem. 2006 177

GÊNERO

CHANT, Sylvia. *Nuevos aportes para el análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género*. Cepal: Unidad Mujer y Desarrollo, 2003.

GODOY, Lorena. *Entender la pobreza desde la perspectiva de género*. Documento preparado com base nas discussões do grupo interdivisional sobre Pobreza e Gênero realizadas na Cepal entre maio e julho de 2003 e da Reunião de Expertos sobre Pobreza e Gênero. Santiago do Chile, 12-13 ago. 2003.

KERSTENETZKY, Célia. *Progreso e pobreza na Economia Política Clássica: as visões de Smith e Malthus*. [S.l.: s.n.], 2000. Mimeo.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 107-125, 1998.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 323-350, 2003.

MELO. *Gênero e pobreza no Brasil: relatório final do Projeto Governabilidade Democrática de Género em América Latina y el Caribe*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM): CEPAL, 2004.

MORAES, M. L. Q. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 99-105, 1998.

OLIVEIRA, A.; MELO, H. P. *Energia e pobreza: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2005. Mimeo.

OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A. L.; COBO, B. *Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Texto para Discussão, n. 7)

ROCHA, Sônia. *Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 536)

VAITSMAN, J. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: MURARO, R. M.; PUPPIN, A. B. (Org.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 13-20.